



MEMÓRIAS COLETIVAS E NARRATIVAS MUSEOLÓGICAS: LIMITES E CONFLITOS DA REPRESENTAÇÃO DE IDENTIDADES

Átila Bezerra
Tolentino*

Resumo: Ao conceber a memória e a identidade como uma construção, este artigo parte do pressuposto de que elas são resultado das ações dos sujeitos sociais que as estão construindo e reconstruindo, ou seja, a memória e a identidade são dinâmicas e histórico-socialmente determinadas no momento presente, por meio de um jogo social carregado de negociações, lutas, embates e conflitos. Igualmente, sua representação, por meio de uma narrativa museológica, está atrelada a um discurso ideologicamente determinado, que reflete esse jogo social e envolve a tarefa de seleção entre o que lembrar e o que fica no limbo do esquecimento, constituindo, assim, um espaço social de disputa política, econômica e simbólica. Para a reflexão, é trazido um aparato teórico de autores que consideram a memória como um fenômeno social e, conseqüentemente, levam em conta os aspectos sociais da construção de identidades, como Maurice Halbwachs, Henri Bergson, Joël Candau, Manuel Castells e Paul Ricoeur.

Palavras-chave: Memória coletiva. Identidade. Museus.

Abstract: When designing memory and identity as a construction, we conceive that they are the result of social actions and that they are always being constructed and reconstructed. That is, memory and identity are dynamic and historical and socially determined at the present, as result of a social game, full of negotiations, fights, clashes and conflicts. Also its representation through a museum narrative is tied to a particular ideological discourse, that reflects this social game and involves the task of selection of what to remember and what will be forgotten, thus constituting a space of social politic, economic and symbolic dispute. For reflection, this article brings a theoretical apparatus of authors who consider memory as a social phenomenon and consequently take into account the social aspects of the construction of identities, as Maurice Halbwachs, Henri Bergson, Joël Candau, Manuel Castells and Paul Ricoeur.

Keywords: Collective memory. Identity. Museums.

* Universidade de Brasília- UnB,
Brasília, DF, Brasil.

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal
da Paraíba – UFPB,
João Pessoa, PB, Brasil.

Especialista em Políticas Públicas e Gestão
Governamental do Ministério do Planejamento,
com atuação no Instituto do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional - Iphan.

Coordedador das atividades da Casa do Patrimônio
da Paraíba, programa de educação patrimonial
vinculado à Superintendência do Iphan na Paraíba

E-mail: atilabt@gmail.com

DOI: 10.19177/memorare.v5e1201862-77



REVISTA
MEMORARE

UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

A representação de memórias e identidades coletivas é tarefa árdua e fortemente marcada por questões ideológicas, pois necessariamente nesse processo estão presentes os conflitos que envolvem disputas políticas, econômicas e simbólicas que permeiam o jogo social de constituição das narrativas identitárias. Mikhail Bakhtin adverte que “toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico” e que esse objeto físico converte-se em signo (BAKHTIN, 2009, p. 31). Esse objeto, sem deixar de fazer parte da sua realidade material, pode passar a refletir e refratar uma outra realidade.

Desta forma, quando da conformação de *performances* narrativas de memórias coletivas, não pode ser desconsiderado o poder de que se revestem os museus e os objetos museológicos, estes enquanto signos significantes. Por meio da insígnia da verdade, os museus têm o poder de constituir discursos homogeneizantes, que contribuem para a manutenção e perpetuação de um *status quo* opressor, ou, de outro lado, construir discursos reflexivos e críticos, que concebem o indivíduo como sujeito social que age e transforma a realidade. Nessa esteira, García Canclini (1997) adverte que o museu, sede cerimonial do patrimônio ou o lugar onde tudo é guardado e celebrado, é o espaço onde se reproduz o regime semiótico organizado pelos grupos hegemônicos. O museu é, ao mesmo tempo, um palco-depósito que contém esse regime semiótico e o palco-vitrine que o exhibe. Por isso, entrar num museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar suas obras, mas penetrar em um sistema ritualizado de ação social.

A poesia (CURY, 2005) ou o significado que extrapola a concretude do objeto museológico demonstra a vitalidade em seu poder de comunicar, dar sentido e, conseqüentemente, construir discursos. O objeto museológico tem algo além de sua forma, seu material, sua cor, seu tamanho, enfim, sua estrutura. O objeto é constituído de significado, de símbolos, de sentimentos, enfim, de poesia. É a “danação do objeto”, de que fala Francisco Régis Lopes Ramos (2008), ao explicar que, nas exposições museológicas, os objetos perdem as suas funções originais, as vidas que tinham fora do museu, e que lá passam a ter outros valores, regidos pelos mais variados interesses. Ao entrar no espaço expositivo, complementa, o objeto perde seu valor de uso. Lá ganham

outro significado, que pode ser construído e reconstruído, a partir de quem monta a exposição e de quem a visita.

Não podemos, entretanto, cair na ingenuidade de que a poesia que está nos objetos e, por conseguinte, nos museus, nos serve apenas para o deleite do espírito. Os museus, ao mesmo tempo que nos servem como espaços suscitadores de sonhos (BENJAMIN, 2006), também podem ser espaços que propiciam a tirania, opressão e exaltação de regimes que escravizam o homem e contribuem para a manutenção de um dado *status quo* de dominação.

Essa relação do museu não só como um espaço de memória, mas sobretudo como um espaço de poder e como reflexo e resultado dos distintos atores sociais que o constroem e reconstroem, é bastante explorada pelo poeta e museólogo Mario Chagas (2009). Em sua obra, “A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro”, o autor faz uma abordagem do campo da museologia com o campo das ciências sociais a partir desses três intelectuais, que se dedicaram a pensar a sociedade brasileira e também a criar museus. Explica que o recorte utilizado sugere a existência de diferentes matrizes da *imaginação museal*, nascidas, crescidas e desenvolvidas num terreno adubado pelas relações entre poder e memória, que estão espelhadas nas práticas e teorias da museologia contemporânea. Em suas reflexões, concebe os múltiplos significados que os objetos museais podem ter e, por conseguinte, como podem ser utilizados para construir diferentes discursos representativos das memórias e identidades dos grupos sociais.

Nessa linha de pensamento, os circuitos expositivos dos museus, como um texto, não são feitos apenas da junção ou aglomeração de objetos distintos entre si ou de regras expográficas padronizadas e previamente determinadas e neutras. Há sempre, na verdade, uma ideologia subjacente nos discursos museológicos. Eles constituem uma unidade de sentido significativa, que busca comunicar-se com o seu público, exigindo dele, dependendo do caso, uma atuação passiva ou, de outra forma, reflexiva e crítica

Olhar os museus a partir do seu *sertão* e não apenas do seu *litoral* (CHAGAS, 2009) é compreendê-los de forma crítica, é analisar como os sujeitos sociais estão ali representados e verificar de que forma os discursos museológicos foram construídos e como estão sendo apropriados pelos usuários do museu. É buscar compreender como o objeto museológico, enquanto signo significante, é carregado de ideologias e que as



narrativas neles refletidas são resultados de processos sociais que envolvem disputas entre o que é digno de ser lembrado e o que está fadado ao esquecimento. Construir uma memória coletiva e representações identitárias de determinados grupos sociais também é construir um discurso e implica considerar que essa construção é resultado de práticas sociais e da relação entre os indivíduos, em que estão inerentes os conflitos e disputas de poder.

Além disso, há que se considerar os limites da representação das memórias coletivas. Jô Gondar (2005) chega a apresentar uma proposição de que a memória não pode se reduzir à representação. Em sua argumentação, leva em consideração que as representações são resultado de jogos de força bastante complexos, que envolvem combinações e enfrentamentos que se alteram constantemente. Ao se reduzir a memória ao campo das representações, são desprezadas as condições processuais de sua produção. Desta forma, a autora concebe a memória social como um processo e que a representação é a cristalização de uma memória legitimada em determinada coletividade. Complementa que “a memória, contudo, é bem mais que um conjunto de representações; ela se exerce também em uma esfera irrepresentável: modos de sentir, modos de querer, pequenos gestos, práticas de si, ações políticas inovadoras” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 24). Todas as representações, desta forma, são inventadas, e deve-se ter em mente a invenção e a produção do novo na concepção da memória.

João Pacheco de Oliveira, ao fazer uma reflexão sobre a representação em museus etnográficos, a partir da análise da coleção “Guido”, sob à guarda do Museu Nacional, alerta sobre os limites das representações dos museus. Adverte que:

As iniciativas museológicas correm sempre o risco de vir a constituir-se em intervenções técnicas de natureza classificatória, que tem como domínio próprio uma *mimesis* de coletividades ausentes, ao mesmo tempo em que consagra uma relação de exclusão de natureza essencialmente política. (OLIVEIRA, 2011, p. 37).

Para que isso não se reproduza nos museus etnográficos, Pacheco defende que os profissionais dessas instituições devem fazer uso dos recursos que detêm para que as populações observadas possam exercitar suas memórias e conhecimentos, permitindo, assim, que também sejam publicizadas as “outras histórias” que constroem.



O que deve ser lembrado e necessariamente o que precisa ser esquecido sempre irão permear os processos de constituição das memórias e identidades coletivas e de suas representações, sobretudo na instituição museu, *locus* por excelência dos suportes de memórias. Os conflitos, disputas e a formatação ideológico-política da construção das narrativas dessas representações são aspectos essenciais a serem levados em consideração no jogo social de conformação de memórias coletivas.

Nesse jogo, a luta da memória contra o esquecimento é premente nas discussões travadas entre os cientistas sociais, desde M. Halbwachs, que se ocuparam de refletir sobre a memória social. No campo dos museus, essa questão torna-se crucial, tendo em vista que, por meio do seu poder, as *performances* narrativas de memórias coletivas e representações identitárias podem ser responsáveis tanto por processos de inclusão como de exclusão social. Essa tríade, que relaciona memória, esquecimento e poder, será o fio condutor das reflexões trazidas a partir dos autores M. Halbwachs, H. Bergson, Jöel Candau, Manuel Castells e Paul Ricoeur, cujas perspectivas consideram a memória como um elemento social e levam em consideração o jogo dos conflitos sociais em torno do processo de seleção, construção e constituição de memórias coletivas.

2. M. Halbwachs e H. Bergson: uma tessitura a partir de Ecléa Bosi

Nada é mais oportuno do que a metáfora de Ecléa Bosi para se apreender a definição de lembrança e, por extensão, da memória: “Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito” (BOSI, 1994, p. 81). Em seu célebre estudo sobre a memória de velhos, com pano de fundo a cidade de São Paulo, a autora traz à tona um aparato teórico bastante profundo sobre o campo da memória, dentro dos pressupostos da psicologia social, pautado, sobretudo, nas obras *Matière et mémoire* (Matéria e memória), do filósofo Henri Bergson, e *Les cadres sociaux de la mémoire* (Os quadros sociais da memória) e *La mémoire collective* (A memória coletiva), do sociólogo Maurice Halbwachs.

Bosi explica que Bergson busca opor vigorosamente a ideia de *percepção* do fenômeno da *lembrança* e que essa oposição entre o perceber e o lembrar é o eixo do livro do filósofo francês, cujo título já prenuncia a essência dessa distinção: matéria x

memória. Em suas reflexões, a percepção de cada imagem formada no indivíduo está mediada pela imagem, sempre presente, de seu corpo: “O sentimento difuso da própria corporeidade é constante e convive, no interior da vida psicológica, com a percepção do meio físico ou social que circunda o sujeito”. E isso se dá dentro de um esquema corporal preso ao “momento atual, imediato, e se realimenta desse mesmo presente em que se move o corpo em sua relação com o ambiente” (BOSI, 1994, p. 44).

Por meio da lembrança, os dados imediatos e presentes dos nossos sentidos são misturados a reminiscências de nossa experiência passada. Essas lembranças deslocam nossas percepções reais, permitindo à memória “a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere[ndo] no processo ‘atual’ das representações” (BOSI, 1994, p. 46). A autora continua assim sua explicação:

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1994, p. 46).

Ao considerar que o passado se conserva e atua no presente, mas não de forma homogênea, Bergson propõe uma distinção entre a *memória-hábito* e a *lembrança pura*. Em sua essência, a memória-hábito se trata da memória dos mecanismos motores, adquire-se pelo esforço da atenção e repetição dos gestos ou palavras: “A memória-hábito faz parte de todo o nosso adestramento cultural” (BOSI, 1994, p. 49). Por sua vez, há lembranças que ocorrem independentemente de quaisquer hábitos, que se constituem “autênticas ressurreições do passado”. A lembrança pura traz à tona uma imagem-lembrança relacionada a um momento único, irreversível da vida: “A imagem-lembrança tem data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada, ao passo que a memória-hábito já se incorporou às práticas do dia a dia” (BOSI, 1994, pp. 48/49).

Em suas reflexões, Bergson, entretanto, não se ateu aos quadros sociais da memória, que é a base do pensamento do durkheimiano Maurice Halbwachs. O enfoque do pensador de tradição sociológica francesa é justamente analisar e considerar os fenômenos sociais condicionantes da construção da memória. Parte do pressuposto de que ela depende da relação do indivíduo com as instituições formadoras do sujeito,

como família, escola, Igreja, profissão, e com os demais grupos de sua convivência e referência.

A exemplo de Bergson, Halbwachs entende que a memória tem, no momento presente, a sua base, mas coloca em xeque a possibilidade da existência de uma lembrança-pura ou de uma autêntica ressurreição do passado por meio da memória. Como explica Myrian Sepúlveda (2003), tanto Bergson quanto Halbwachs rejeitaram a ideia de que a memória fosse uma atividade meramente física, mas o sociólogo defendeu que as imagens não estavam relacionadas ao espírito humano ou a uma consciência interna pura do indivíduo, mas a representações coletivas estabelecidas por grupos sociais.

A memória é construída no momento presente a partir dos materiais que estão à nossa disposição e por meio da troca, da relação com os outros sujeitos. Nossas lembranças estão pautadas pelas lembranças dos outros e pela experiência acumulada que vivenciamos. Pensando segundo Halbwachs, um livro nunca poderá ser relido da mesma forma. Um filme nunca será revisto igualmente. Um local que visitamos nunca será o mesmo quando lá voltarmos. A percepção se modifica, as nossas lembranças são alimentadas pelas novas experiências que tivemos e pelas lembranças dos outros.

Como diz Bosi (1994, p. 55), “a menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por essa via, Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva”. Por sua vez, a utopia de Bergson, a da memória pura, é mais um limitador da representação da memória, mesmo considerando a linguagem, que, para Halbwachs, é o instrumento primordialmente socializador da memória. As convenções verbais, segundo ele, “constituem o quadro ao mesmo tempo mais elementar e mais estável da memória coletiva” (BOSI, 1994, p. 56). Trazendo essa discussão para o campo dos museus, as narrativas expográficas configuram-se uma espécie de linguagem ou, melhor dizendo, utilizam-se do instrumento da linguagem, por meio de textos verbais e iconográficos, para construir discursos que buscam representar memórias coletivas.

Ao citar Frederic Charles Bartlett, importante pensador da psicologia social, Bosi (1994, p. 64) esclarece que esse autor “postula que a ‘matéria-prima’ da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra; ela é tratada, às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito



está situado”. Mais uma vez, reforça-se a importância dos quadros sociais nos processos de construção das memórias, mas também coloca à tona como se dá a modelagem ideológica do seu processo de construção e representação. Isso é o que Bartlett vai chamar de “convencionalização”.

As reflexões que Bosi traz a partir dos pensadores da memória coletiva, em determinados pontos antagônicas entre si, mas principalmente complementares, são bastante pertinentes na análise da formação e conformação dos museus, sejam os que se prezam a representar memórias nacionais ou os que buscam representar memórias locais. O que caracteriza a atividade mnêmica da lembrança, em suma, é a sua essência social, a partir das reminiscências dos sujeitos, construídas socialmente no presente.

A representação da memória segue o mesmo caminho e as narrativas de memórias coletivas vão estar carregadas de discursos e significados criados, reinterpretados e inventados pelo grupo no momento presente, sem deixar de considerar, é claro, os jogos de poder que alimentam as disputas e os conflitos das relações sociais dentro desse grupo, bem como a força de dominação dos maiores detentores de capital simbólico (BOURDIEU, 2005) nesse jogo. Joël Candau, antropólogo francês, avança em analisar os conflitos que permeiam os quadros sociais da construção de memórias, para ele, supostamente coletivas. O tema da representação da memória e de sua relação com a construção de identidades é base do seu pensamento.

3. Memórias supostamente coletivas e identidades construídas: o pensamento de Joël Candau

O antropólogo francês Joël Candau, em suas discussões sobre memórias compartilhadas ou supostamente compartilhadas, traça uma linha de raciocínio em que defende que memória e identidade se fundem, conjugam-se e nutrem-se mutuamente. A dialética da memória e da identidade resume-se na assertiva de que “a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada” (CANDAU, 2012, p. 16). Uma se apoia na outra para produzir uma trajetória de vida ou uma narrativa.

Nesse entrecruzamento, afirma que a memória é a identidade em ação, em que, dentro de um escopo de estratégias identitárias, os indivíduos optam por escolhas no interior de um repertório flexível e aberto de diferentes representações, crenças, ritos,

saberes, heranças, etc. De fato, o debate entre memória e identidade necessariamente prescinde da aceitação dessa relação dialética e simbiótica dos termos, sobretudo nas Ciências Sociais em que, no estudo da memória, o que importa é como esta se manifesta não como uma faculdade biológica, mas como constituída socialmente. A identidade, da mesma forma, é constituída a partir desse jogo social, que se ampara e se ancora na memória para se produzir, modificar-se, inventar-se e reinventar-se, dentro de um quadro de relações e interações sociossituacionais.

Para constituir a linha de raciocínio de seus estudos, Candau propõe uma interessante taxonomia das diferentes manifestações da memória:

1. *Memória de baixo nível ou protomemória*. Tal como o *habitus* bourdieusiano (BOURDIEU, 2005), trata-se de uma memória social incorporada, gravada na carne. É constituída de uma transmissão social ancorada em práticas e códigos implícitos, costumes introjetados no indivíduo, sem que ele pense nisso, que constituem seu *ethos*. São aprendizagens adquiridas na infância ou até mesmo durante a vida intrauterina, técnicas do corpo resultado de uma maturação ao longo de várias gerações, esquemas sensoriais e memórias gestuais. Candau afirma que o *habitus* depende, em grande parte, da protomemória. Como o *habitus*, é uma memória imperceptível, que ocorre sem tomada de consciência.
2. *Memória de alto nível*. É essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento. Pode ser deliberada ou uma invocação involuntária de lembranças autobiográficas. Constituída também de esquecimento, pode se beneficiar de extensões artificiais para se expandir.
3. *Metamemória*. É a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e o que diz dela. É o que o indivíduo diz de seu passado e a construção explícita da identidade. Assim, é uma memória reivindicada. É uma representação da protomemória e da memória de alto nível.

Candau adverte, porém, que essa taxonomia é válida quando tratamos de memórias individuais. Ao passarmos para o nível de grupos ou sociedades, ela pode ser totalmente invalidada, pois a noção de protomemória se torna inaplicável, eis que nenhum grupo é capaz de ter uma memória procedural, compartilhada por todos os membros desse mesmo grupo, e que a única memória realmente atestada é a memória individual. A memória coletiva, na verdade, é uma *representação*, ou seja, uma forma



de metamemória, evocada e pretendida por determinados grupos. É “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” ou “um enunciado relativo a uma descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças” (CANDAU, 2012, pp. 24/25).

Os museus, entendidos como microcosmos sociais (CHAGAS, 2009), são exemplos, por excelência, desses enunciados evocativos de memórias coletivas de determinados grupos ou nações, acompanhados da construção e afirmações identitárias. A representação de identidades coletivas (ou culturais, como Candau prefere chamar), geralmente ancorada em objetos patrimoniais que precisam ser preservados e valorizados, é cheia de sutilezas. Ela não se constitui a partir de um conjunto estável e sem conflitos de traços culturais compartilhados irmanamente pelos membros de determinados grupos ou sociedade, como se esses traços fossem constituídos de uma protomemória, em que todos comungam das mesmas maneiras de estar no mundo. É preciso, na verdade, evidenciar as sutilezas dos jogos sociais em que estão inseridas as relações de poder e interações na construção, invenção e reinvenção das identidades coletivas e de suas formas de representações, ou seja, de sua metamemórias. Afinal, a construção social da identidade, escreve o sociólogo catalão Manuel Castells (2008), sempre ocorreu em um contexto marcado por relações de poder. A necessidade de evidenciar essas sutilezas é:

Consequência de processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diferentes atores que colocam em ação estratégias de designação e de atribuição de características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros provisória ou definitivamente descartados. (CANDAU, 2012, p. 27).

Diferentemente de Halbwachs, que considera a memória coletiva como a junção das memórias individuais ou como um conjunto de lembranças comuns a um grupo, sem enfatizar os conflitos que permeiam a constituição dessa memória, Candau questiona as retóricas holistas, as quais chama de “hipostasias do coletivo”, carregadas de generalizações inerentes à constituição de uma memória coletiva ou de uma identidade cultural no interior de um grupo, baseada na observação singular de alguns indivíduos ou membros desse grupo. Adverte, ainda, que “da confusão entre



metamemória e memória coletiva pode resultar igualmente a ilusão de uma memória compartilhada” (CANDAU, 2012, p. 34).

O campo dos museus é farto de exemplos que poderiam ilustrar as advertências de Candau. As narrativas museológicas expressas nas exposições que apresentam são carregadas de discursos performativos de supostas memórias coletivas e identidades culturais a partir do olhar de determinados membros de um grupo ou sociedade, geralmente hegemônicos e detentores de maior “capital simbólico”. Como qualquer discurso, a narrativa museológica nunca é neutra ou isenta. Por trás dela está subjacente uma ideologia e intencionalidade de quem a produziu, os contextos sócio-históricos em que foi produzida e o resultado de uma seleção entre o que dizer e o que deve ficar no campo do não-dito ou do esquecimento. As narrativas museológicas são, portanto, performances de uma metamemória coletiva ou, na esteira de E. Hobsbawm e T. Ranger (1984), de “tradições inventadas”, além de que carregam o poder da construção de verdades na produção de seus discursos.

Os museus, como lugares de exteriorização de memórias, servem para reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo ou a uma cultura, a determinada identidade cultural. Ao mesmo tempo, como portadores de poder memorial e imbuídos do discurso da verdade, são reflexos dos conflitos inerentes à transmissão social da memória. O que se transmite, como se transmite, quem transmite e até mesmo por que se transmite são questões essenciais na análise das narrativas performativas das memórias e identidades constituídas nos museus.

A necessidade de memória dos indivíduos e das nações é um dos fatos que confere força aos museus na modernidade - a partir do século XIX na Europa e com bastante intensidade a partir do século XX no Brasil -, tomados como instrumentos de mediação e transmissão de memórias, sobretudo numa época em que há um “inchaço hipertrófico da função da memória” (NORA, Apud CANDAU, 2012). Neste momento em que a necessidade de memória é premente, algumas reflexões sobre o tema, já travadas pelo historiador Paul Ricouer e pelo sociólogo M. Castells, são fundamentais para compreender os conflitos inerentes ao jogo social de representação das narrativas de memórias coletivas nos museus.

4. Poder e manipulação: legitimação de abusos de memórias e esquecimentos

O campo da Museologia, e mais especificamente da Sociomuseologia⁹, tem avançado nas reflexões acerca do papel social dos museus e de como estes são apropriados e reapropriados pelos sujeitos que o constroem e reconstroem, sobretudo dos sujeitos que estão nos limiares das *identidades de resistências* (CASTELLS, 2008). Além disso, poder, conflitos e disputas inerentes ao jogo social das representações de memórias coletivas, bem como dos abusos de memórias e esquecimentos, são questões cruciais que hoje permeiam o campo dos museus e da museologia. Essas questões, já amplamente amadurecidas em debates teóricos, ganharam força após movimentos por uma museologia mais comprometida com um engajamento social, por uma museologia cujo foco de atuação não está voltado para o objeto museológico, mas centrado no indivíduo, no ser humano.

Ao tomar emprestado a expressão marxista da “mais-valia”, Paul Ricouer (2007) arrisca-se a defender que os sistemas simbólicos fornecem o conjunto de argumentos que eleva a ideologia à condição de “mais-valia” agregada à legitimidade de poder. Isso se dá no sentido de que essa expressão, centrada originalmente na produção de valores na economia mercantil, pode também vincular-se ao exercício do poder, em que o poder econômico na forma capitalista da economia mercantil é a variante especificada da divisão do trabalho entre governantes e governados.

Essas reflexões são pano de fundo para compreender quais são os diversos empreendimentos de manipulação da memória e a relação dos níveis operatórios da ideologia na construção de narrativas de identidades e memórias coletivas. Segundo Ricouer (2007, p. 98):

No plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa. A ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa. E como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação, ao mesmo tempo que os contornos da própria ação. Hannah Arendt nos lembra que a narrativa diz o “quem da ação”. É mais precisamente a

⁹ Aqui compreendendo a Sociomuseologia como um sistema de conhecimento que aborda o Homem e sua relação com o objeto, a partir de significados socialmente construídos e compartilhados, passíveis de conflitos e lutas de poder simbólico.

função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento quanto da rememoração. (...) é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece.

Ricouer tece essas reflexões sobre os abusos da memória e do esquecimento no campo da História e reflete sobre o papel do historiador no estabelecimento e seleção de fatos que irão constituir uma historiografia oficial, que será ensinada, aprendida, celebrada e também imposta. Bastante pertinentes também para o campo da museologia, as reflexões de Ricouer colocam em baila as narrativas museológicas, que são constituídas de mediações simbólicas pautadas em seleções e, para não sermos ingênuos, em estratégias manipulativas que conformam identidades e memórias.

Imbuídos do discurso da verdade, os museus, ao longo da história, por muito tempo foram atrelados à formação de identidades nacionais, à celebração de acontecimentos fundadores, à manutenção de tradições e à legitimação da ordem e do sistema de poder instaurado. Essa força dos museus, entretanto, também fez com que grupos não hegemônicos e contrários à manutenção das estruturas de poder legitimadas reivindicassem a representação de suas identidades nesses espaços de memória.

Ancorados na memória coletiva, os museus são espaços de afirmação de identidades, e nessa configuração, são palcos de disputas e conflitos, atravessados pelos diferentes sujeitos que deles se apropriam e neles buscam a representação de suas vozes. É nessa perspectiva que Maria Célia Santos (2008) toma a posição de que os museus são resultado dos sujeitos que o constroem e reconstroem a todo momento. Cabe, portanto, questionar como os museus estão sendo apropriados por determinadas comunidades que antes não se viam representadas nesses espaços? De que forma as memórias coletivas são construídas nos museus e como se dá o processo de seleção que configura o seu discurso narrativo? Quais são os conflitos e as relações de poder que envolvem essa construção narrativa? Quem são os protagonistas da ação nos museus e como se constituem os sujeitos cujas identidades e memórias estão ali retratadas?

Partindo da premissa de que toda identidade e qualquer identidade é construída e que essa construção se dá em um espaço marcado por relações de poder, Manuel



Castells (2008), em sua análise sobre os movimentos sociais, ambientados no que chama sociedade em rede¹⁰, propõe três formas e origens de construção de identidades:

a) *Identidade legitimadora*, inculcada pelas instituições dominantes da sociedade com a finalidade de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;

b) *Identidade de resistência*, que é criada por atores em posições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência, baseadas em princípios diferentes ou até mesmo opostos aos que permeiam as instituições da sociedade;

c) *Identidade de projeto*, quando os atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, com vistas à transformação de toda uma estrutura social. O autor exemplifica com o movimento feminista, que faz frente a uma sociedade patriarcalista e a toda a estrutura de produção e reprodução de um sistema historicamente estabelecido.

Interessa-nos, sobretudo, a concepção de identidade de resistência proposta pelo sociólogo catalão. Esse segundo tipo de construção de identidade, continua o autor, mais importante em nossa sociedade atual, leva à formação de *comunas* ou *comunidades*, dando “origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia” (CASTELLS, 2008, p. 25).

5. Suscitando questionamentos

Procurar antever nas entrelinhas, nas lacunas, no “sertão”, no invisível, enfim, no que está no campo do esquecimento ou no processo de seleção do que foi

¹⁰ Para Castells, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes, que se constituem como a nova morfologia social da sociedade atual. A difusão da lógica de redes modifica substancialmente os processos produtivos, as relações de poder e a cultura (CASTELLS, 2007). O surgimento da sociedade em rede traz à tona processos de construção de identidades que induzem a novas formas de transformação social, uma vez que “a sociedade em rede está fundamentada entre o local e o global para a maioria dos indivíduos e grupos sociais”. A sociedade em rede, como uma nova forma de organização social, está sendo difundida em todo o mundo, da mesma forma que o capitalismo industrial foi disseminado no século XX, abalando instituições, transformando culturas, criando riquezas e induzindo pobreza (CASTELLS, 2008).



musealizado, nos dá pistas e informações (paradoxalmente contidas nos vazios da falta de informação) de como os sujeitos sociais e suas memórias são representados e que poder é legitimado nos discursos museológicos. Marilena Chauí (2013, pp. 126/127) diz, quando reflete sobre a ideologia, que “o discurso ideológico é [também] feito de espaços em branco”. E complementa: “a força do discurso ideológico provém de uma lógica que poderíamos chamar de *lógica da lacuna, lógica do branco, lógica do silêncio*”.

Se hoje a memória recusa calar-se e os museus estão aí para representá-la e performá-la, os limites e os meandros da construção de memórias coletivas no âmbito dos museus precisam ser escancarados e colocados à prova. Se a memória é a identidade em ação e nesse jogo estão imbuídos todos os conflitos inerentes à construção social das memórias coletivas, como é possível representá-la? Ou será que é mesmo possível representá-las, como Candau suscita o questionamento? E, além disso, como tem se dado a reivindicação de novos atores sociais, da arraia-miúda, das memórias de resistência em representar suas memórias (comumente esquecidas ou relegadas ao limbo do subterrâneo) nas instituições museológicas, neste momento em que vivemos a era do inchaço hipertrófico mnemônico?

São questões em aberto que, antes de uma resposta precisa, servem para fomentar a reflexão e ampliar o debate. E nessa reflexão, a *performance* de memórias coletivas e de narrativas identitárias deve considerar o poder de que se revestem os museus na construção de verdades e os abusos de memória e esquecimento imbuídos nos conflitos, disputas e relações de força que envolvem o jogo social dessas representações.

Referências

- BAKHTIN, Michail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BENJAMIN, Walter. Espaços que suscitam sonhos, museus, pavilhões de fontes hidrominerais. In **Revista do Patrimônio**, nº 31. Brasília: Iphan, 2006, pp. 133-147.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHAGAS, Mario de Souza. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Escritos de Marilena Chauí, Vol. 2. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da USP, 1997.

GONDAR, Jô & DODEBEI, Vera (orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco. O retrato de um menino bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus. Séculos XIX e XXI. In: **Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n. 5. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011, p. 36-59.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: O museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Encontros museológicos**: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, 2008.

_____. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

Submetido em: 26/03/2018. Aprovado em: 18/04/2018.

